



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SARDOAL

ACTA Nº 03/ 2011

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM

28 de Junho de 2011

PRESIDENTE: Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves

1º SECRETÁRIO: Francisco da Silva António

2º SECRETÁRIO: Alcina Manuela Batista Pinto C. Almeida

Aos vinte e oito dias do mês de Junho do ano de dois mil e onze, pelas vinte horas, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Sardoal, no Salão Polivalente do Centro Cultural Gil Vicente, em Sardoal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

Período Antes da Ordem do Dia

Ordem de Trabalhos

- 1. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea e) do n.º 1 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;**
- 2. Transferências Financeiras para os Municípios - FEF;**
- 3. Implicações das Medidas do Memorando da Troika no Município de Sardoal;**

Período de Intervenção do Público

Seguidamente procedeu-se à chamada, tendo-se verificado a presença dos seguintes deputados da Assembleia:-----

Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves, José Maria Mora de Campos, Joaquim António Lopes Serras, Anacleto da Silva Batista, Júlio Martins Lobato, Carlota Maria Garibaldi Serrão Mora, Alcina Manuela Batista Pinto C. Almeida, José Fernando Amaro Esteves, Maria Arminda da Luz Oliveira, Rui Miguel Vermelho Serras, Francisco da Silva António, Hália Filipa da Costa Santos, Luís Patrão Salgueiro, Victor Lopes Pires, António Pereira Fernandes, Manuel José dos Santos Serras.-----

Estiveram presentes os Senhores Presidente e Vice-Presidente da Câmara, bem como os Senhores Vereadores, Joaquim Serras, Fernando Vasco e Pedro Duque.-----

Não estiveram presentes os Senhores deputados Manuel Paulo de Almeida da Silva, Adérito Miguel Gaspar Garcia, Fernando Teresa da Silva, tendo as faltas sido justificadas antecipadamente.-----

Interveio o Senhor Presidente da Assembleia referindo ter chegado à mesa três situações, duas de suspensão de mandato por uma semana e, uma substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Valhascos, que está a ser substituído pelo Secretário de Junta, o Senhor José Manuel Fernandes. Sobre a suspensão de mandato, fez referência ao artigo 5º Regimento da Assembleia Municipal e, nesta situação, estes pedidos não se enquadrariam no mesmo, mas sim no artigo 6º, que refere ausências inferiores a 30 dias, contudo estes pedidos são aceites, estando presente o Senhor Pedro Carreira, a substituir os deputados que pediram a suspensão.-----

Foi colocada a votação, a acta da última sessão realizada no passado dia 28 de Abril, tendo a mesma sido aprovada por maioria. -----

Período Antes da Ordem do Dia

Tomou a palavra a Senhora deputada Carlota Mora apresentando um requerimento, tendo procedido à sua leitura, o qual irá ficar anexo à presente acta e aqui se dando como integralmente transcrito. -----

Continuou, fazendo referência à falta de presença do Senhor Presidente da Câmara, mais uma vez, na sessão da Assembleia Municipal, questionando se existe alguma justificação para a mesma, ao que o Senhor Presidente da Mesa respondeu que o Senhor Presidente da Câmara tinha alegado assuntos pessoais e porque se encontrava na viagem dos Idosos e, que iria chegar naquele dia. -----

A Senhora deputada respondeu que a Assembleia não tinha conhecimento da Viagem, ao que o Senhor Presidente da Mesa respondeu que a Assembleia tinha todo o conhecimento da viagem, tendo a Senhora deputada retorquido que não, que somente tinha sido participado oficialmente que as viagens ocorriam naquela data, coincidentemente com a data da Assembleia, sendo persistente a ausência do Senhor Presidente da Câmara na Assembleia e em não assumir o seu cargo e que, por esse facto questiona. -----

O Senhor Presidente da Assembleia referiu não existir qualquer ilegalidade porquanto a Câmara Municipal estava representada pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara. -----

A Senhora deputada referiu não ter dito que existia ilegalidade, estando somente a referir a falta de assunção de compromissos que o Senhor Presidente da Câmara deve ter perante a Assembleia. -----

Referiu novamente o Senhor Presidente da Assembleia que a Câmara estava devidamente representada pelo Senhor Vice-Presidente e por mais dois vereadores. -----

A Senhora deputada referiu não estar em causa, de forma alguma, a presença do Senhor Vice-Presidente. -----

Interveio a Senhora deputada Hália Santos colocando uma questão que se prende com um caso particular, querendo saber qual é a explicação da Câmara para este assunto, o qual tem a ver com a matrícula dos alunos para o 1º ano do ensino básico, pelo facto de existir uma criança dos Valhascos, que irá entrar este ano pela 1ª vez no ensino básico e que não vai ser colocada na Escola de Sardoal juntamente com o irmão, parecendo ser um caso isolado, mas é uma situação suficientemente preocupante para ser trazida à Assembleia Municipal pois trata-se de um problema familiar, mas que decorre de opções que foram feitas e que, não lhe parecem ser as mais indicadas, porque a criança tem uma relação muito forte com o irmão e está a reagir de uma forma muito má à ideia, querendo

saber qual é o critério de colocação das crianças no 1º ano e se não há qualquer possibilidade de ter em conta a situação familiar para que não haja este tipo de situações. -----

Interveio o Senhor deputado Manuel Serras, referindo querer anunciar, como Presidente da Junta de Alcaravela, aquilo que se falou em tempos atrás, nas GIF's (Grupo de Intervenção Florestal) e, que a GIF de Alcaravela já arrancou no terreno, estando a fazer os contactos com os proprietários para começarem a fazer a limpeza da área florestal e depois talvez nas zonas mais despovoadas fazer a reabilitação do terreno para a implantação de novas árvores. Esta parte, talvez, para a Freguesia que tem sido quase desapontada desde os últimos anos até agora, muitas vezes por um bocadinho de má fé encontra por vezes certas e determinadas pessoas que são prepotentes dentro dos cargos que ocupam, a Freguesia está desde Outubro sem médico, querendo saber qual a situação dos médicos em relação ao Concelho de Sardoal, que como toda a gente sabe, não é só a freguesia de Alcaravela mas sim todo o Concelho, quando se tem Concelhos vizinhos em que as Freguesias são mais pequenas que a de Alcaravela e os médicos tropeçam uns nos outros, querendo saber qual a posição que a Câmara já tomou como representante do Concelho na ACES, pois têm sido ditados ao abandono. -----

Interveio o Senhor deputado Rui Serras referindo que se deviam opor às decisões tomadas pelos dirigentes, nomeadamente pelo Dr. Ciborro, que, segundo se diz, refere que, enquanto for ele a dirigir a área da saúde, nenhum médico irá para a localidade de Alcaravela. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, cumprimentando todos os presentes e muito especialmente o Senhor deputado Mora de Campos, não na qualidade de deputado mas sim na qualidade de representante de uma Associação, porquanto teve o privilégio e o prazer de participar no 18º aniversário da Casa do Concelho de Sardoal, tendo sido testemunha da vida que esta casa tem, sendo certo que se sabe que há uns anos atrás, as Casas do Concelho tinham uma função que era acolher na capital as pessoas que da província se deslocavam, sendo também um ponto de encontro dos sardoalenses. Quer saudar pelo facto de ter sabido procurar outras oportunidades para que a Casa do Concelho exista e continue a existir por muitos e bons anos e, a prova disso está na exposição que está no **foyer**, referindo a importância de se ter sabido encontrar outra forma de unir os sardoalenses dispersos nos mais variados pontos do país e no estrangeiro, por isso quis deixar o seu bem haja ao Senhor deputado Mora de Campos aproveitando para convidar os Senhores deputados para fazerem uma visita atenta à exposição pois realmente vale a pena, porque o Sardoal tem uma grande riqueza que são as pessoas, e quer-se que esta riqueza exista e que se continue a uni-la durante muitos anos. -----

Sobre as questões da senhora deputada Hália Santos o Senhor Vice-Presidente disse não ter entendido alguns pontos e que poderia apresentar até a questão ao director da escola até porque o município tem acento no conselho geral da escola e a Câmara tem essa competência. O Senhor Vice-Presidente colocou algumas questões à Senhora deputada. Referindo que que viriam os dois para o Sardoal dado que a única escola de acolhimento é a de Sardoal e que iria tentar saber algo mais sobre o assunto para esclarecer sobre o mesmo. -----

Sobre o que disseram os Senhores deputados Manuel Serras e Rui Serras, referiu que a Câmara tem estado em constante comunicação não só com a Presidente do ACES, Dra. Maria do Céu Albuquerque como também com o Director o Dr. Ciborro. Referiu que ainda no dia anterior tinha estado no Sardoal para visitar a casa que a Autarquia disponibilizou, a médica colombiana que daqui a quinze dias irá começar a dar consultas no Sardoal. Dos cinco médicos colombianos que chegaram, um vai para a Bemposta, outro para o Pego dois ficam em Abrantes e outro para o Sardoal. Existe uma preocupação relativamente à questão da Dra. Carolina que se encontra a fazer um excelente trabalho, trabalhando 20 horas por semana, sendo importante que se mantivesse o seu lugar, porque de outra forma não se resolve o problema, ou seja, vem a médica colombiana, a Dra. Carolina continua e mesmo assim continuamos com insuficiência de médicos. Relativamente à freguesia de Alcaravela, o problema foi colocado ao Dr. Ciborro, dado que aquela localidade tem cerca de mil e muitos utentes e, se se comparar com uma outra Freguesia de um concelho próximo, que com cerca de setecentos utentes tem dois médicos que fazem um total de vinte horas, é evidente que há aqui algo que não está bem distribuído. Referiu ainda que o problema dos médicos é também uma má distribuição, sendo que Portugal tem um rácio superior a muitos países do norte da Europa, sendo que os números valem o que valem e eles não estão muito bem distribuídos como estarão certamente nesses países. -----

Sobre o que disse o Senhor deputado, referiu nunca ter ouvido o Dr. Ciborro dizer tal coisa muito pelo contrário, ele também acha que deve ir um médico para a Freguesia de Alcaravela e, ainda no dia anterior essa conversa tinha sido feita e, se a Dr. Carolina se for embora, Sardoal fica com uma médica para quatro mil e tal utentes, o que não é nada e, não é isto que se pretende dos países civilizados, da Europa, isto acontece em países com os quais nós não gostamos de comparar, mas é a realidade que temos. -----

Interveio o Senhor deputado Rui Serras para colocar algumas questões ao Senhor Vice-Presidente, nomeadamente sobre as obras ao fundo de Sardoal que pararam por causa das condições climatéricas, querendo perceber o porque de agora continuarem paradas. Outra situação está relacionada com as obras da Lapa e por fim, relacionada com o autocarro que a Câmara adquiriu,

tendo sido dito em Assembleia Municipal que o mesmo estaria no Sardoal no final de Maio, querendo saber o porque e o que levou, a que isso não acontecesse. Sobre a viagem dos idosos e pelos dados que tem, foram cerca de 90 idosos à viagem e se estamos num Concelho com cerca de 3 mil idosos, está a falar-se de 3%, o custo que se tem nessas viagens para três por cento da população idosa provavelmente poderia ser distribuído de uma forma mais equitativa e mais responsável a nível social e, na sua opinião seria importante ver as coisas nesse sentido, porque a excursão não acrescentará muito à qualidade de vida e ainda mais, à dos idosos que costumam ir, porque esses, a maior parte deles, tem a possibilidade de viajar por si próprios. Fez ainda referência ao associativismo e, como o Senhor Vice-Presidente falou na Casa do concelho de Sardoal e, como agora as Associações irão começar a realizar as Festas de Verão, fazendo um apelo para que todas as pessoas colaborem, comparecendo nas mesmas. -----

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente referindo que os técnicos da Autarquia andaram naquele dia nas Olarias e que o processo das obras não está parado, está em estudo e aguarda-se a chegada de orçamentos para implementação de muro de gabions, o projecto encontra-se feito e está numa fase de apuramento de custos para depois se ter uma opção sobre o que irá ser feito. Disse ainda que quando o terreno foi adquirido tinha sido dito em reunião de Câmara que seria um trabalho para dois anos, por isso ainda está dentro do timing previsto. -----

Sobre as obras da Barragem da Lapa, referiu que a empresa Lena apresentou uma solução definitiva, dizem eles, para a qual é necessário que haja intervenção de um passadiço para a torre de captação, obra que é da responsabilidade da Autarquia, e a qual está no INAG para aprovação, porque uma não irá avançar sem a outra, sendo intenção da Câmara que, quem fizer a obra do arranjo que há a fazer na Barragem, faça também a obra do passadiço para que tudo corra como deve ser e não haja desculpas. Sobre o autocarro, o mesmo está concluído, o financiamento está feito, aguarda-se somente pelo documento único para as inspecções necessárias para o autocarro poder vir para a Autarquia. -----

Sobre a viagem dos idosos, é um projecto do município que quer se goste ou não, foi aprovado e está em execução, sendo um projecto que já tem alguns anos. -----

Sobre o associativismo, referiu partilhar das preocupações do Senhor deputado, referindo que iria haver uma reunião com todas as Associações para ser discutido os problemas do Associativismo e perceber o que se pode fazer em conjunto. -----

Interveio o Senhor deputado Anacleto Batista para informar que se iria realizar, no dia seguinte, a reunião no âmbito do ACES, para aprovação das Contas e do Relatório de Contas de 2010 cujo Plano de Actividades e Orçamento não foi aprovado e será também sujeito a votação e aprovação o Plano de

Actividades e o Orçamento para 2011. A funcionar desta forma e neste modo acredita que dali a três ou quatro anos, se consiga ter alguma coisa resolvida através deste ACES. -----

Interveio a senhora deputada Carlota Mora, referindo-se à viagem dos Idosos, questionando, para além da despesa que acarreta para o município, o que valoriza e o aproveitamento que tem para os poucos que aproveitam essa situação e, a razão, porque o Presidente da Câmara tem de ir a acompanhar os idosos, indagando se não haverá funcionários para o fazer. Referiu que o que se quer é um Presidente de Câmara presente nas devidas alturas e não para situações de lazer, tendo sido este um dos motivos porque questionou mais uma vez a ausência do Senhor Presidente na Assembleia, porque na sua opinião, tem essa obrigação, enquanto for Presidente, não querendo de forma alguma questionar a representação do seu representante. Somente questiona que o Senhor Presidente, enquanto for Presidente da Câmara, desempenhe as suas funções na plenitude e não tenha estas ausências. Indagou ainda sobre o ponto da situação do PDM, pedindo para que não seja dito que o dono da empresa faleceu. -----

Questionou ainda sobre qual a razão por que continuam a existir dívidas às Associações, às Juntas de Freguesia, por liquidar, perguntando se o Município não se preocupa com esta situação, será que não podia poupar em vez de fazer passeios com idosos, com jovens, adiar mais uma viagem de jovens, em que alguns já foram dez e onze vezes e que não vai dar qualquer enriquecimento neste momento, e porque não é a altura certa, pedindo para que a Câmara pague as dívidas. -----

Interveio o Senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que, sobre a questão do PDM, houve dúvidas quanto à cessação e cessão da posição contratual, as quais, neste momento estão esclarecidas, estando-se em condições, de muito brevemente assinar a adjudicação a uma empresa que está neste momento e tem estado a trabalhar no PDM, o qual não tem estado parado, havendo trocas de documentos, havendo acertos sobre aquilo que estava feito e o que é preciso fazer, faltando passar para o papel o contrato com a empresa que está a fazer o PDM, simplesmente porque foi difícil o entendimento entre várias partes em como é que se iria processar a cessação e a cessão contratual.----

Sobre as dívidas às Associações é uma preocupação muito grande como todas as dívidas, sendo urgente pensar o ponto da situação em que se está e tomar posição em relação a algo que tem sido feito e algo que se possa fazer, havendo muita coisa que tem de mudar, sendo certo que as transferências do Estado para as Autarquias são cada vez menos, sendo certo que não se consegue criar receitas próprias é certo que não se pode fazer o mesmo tipo de vida que se fazia anteriormente. Está-se a trabalhar nesse sentido e a Câmara quer rapidamente à medida das suas posses reduzir as suas dívidas substancialmente e mais ainda aquelas que poderão estar a prejudicar terceiros, sendo

certo que todas elas prejudicam e quando elas existem são para ser pagas. A Autarquia não quer de forma nenhuma prejudicar as associações e as empresas e outros mais possam estar em dificuldades por causa de compromissos que a Câmara tem a obrigação de assumir. É sua preocupação e prioridade que nos próximos tempos, este município pague as dívidas. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Mora de Campos agradecendo a gentileza do Senhor Vice-Presidente e as referências que fez assim como também o pedido de divulgação que o Senhor deputado Rui Serras fez e, por respeito a oito associados da Casa do Concelho de Sardoal. -----

Modestamente como todos sabem a divulgação do Concelho é veiculada pela Casa do seu Concelho como as outras congéneres dos outros concelhos fazem, o mérito desta direcção é muito pouco mas quis-se trazer 14 artistas Sardoalenses para estarem expostos com as suas obras no Centro Cultural, para incentivar a cultura no Concelho. Já agradeceram todo o apoio e facilidades da Câmara Municipal na pessoa do Senhor Vice-Presidente e a colaboração inexcelável do Eng. João Soares e do João Tiago, querendo dizer que para além da divulgação de trezentos convites no facebook e a toda a população do Concelho também aos senhores autarcas também foram feitos convites individuais, ou seja, é feita a divulgação de todas as associações congéneres no concelho. -----

1. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea e) do n.º 1 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara referindo que o documento continha um erro na parametrização de alguns dados, nomeadamente no mapa da situação financeira do município, existindo um valor de cerca de noventa e cinco mil euros que foi indevidamente colocado nos fornecedores do imobilizado e ao mesmo tempo noutros credores, estando os montantes errados. -----

Interveio o Senhor deputado Rui Serras referindo que em relação às contas tinha lido um artigo no jornal que falava sobre o relatório da inspecção-geral de finanças em relação às contas das autarquias, em que dizia haver falta de fiabilidade contabilística, não sendo este o caso, pois deve ter sido um mero engano, mas este relatório concluiu que das 17 auditorias aos Municípios muitas delas evidenciam falta de fiabilidade contabilística procedendo ao empolamento dos seus orçamentos e à omissão de valores significativos nas prestações financeiras, esperando que o Município de Sardoal não se enquadre nesta perspectiva. -----

Interveio a Senhora deputa Carlota Mora referindo que não pode deixar de fazer referencia que à dívida a fornecedores se aumente, a fornecedores do imobilizado aumente, o que lamenta, porque face à situação política do país e da autarquia, já se arrasta há muitos anos, sendo constrangedor ver esta

situação a agravar-se dia a dia e não se verem tomadas medidas, no intuito delas serem regularizadas e a situação ficar num passivo completamente diferente do que temos na realidade, e continua-se a fazer passeios e, a fazer despesas impróprias que aumentam de facto estas despesas. -----

O Senhor Vice-Presidente referiu lamentar também quando a dívida aumenta, referindo que a dívida do município, pelas contas do ano anterior diminuiu trezentos mil euros, o que também revela algum esforço e, a Câmara tem-no feito, no entanto aceita que não é o ideal nem o suficiente, até porque os números o provam. Vão ser implementadas outras e mais medidas para que no final deste ano se tenha uma outra realidade. Relativamente à questão dos fornecedores do imobilizado, este aumento deve-se um também a algumas obras em que foram feitas reparações, obras do ciclo urbano da água e da mobilidade territorial que foram feitas em Valhascos o que não o preocupa tanto como a dívida a fornecedores. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Joaquim Serras fazendo referência à informação sobre o Gabinete Florestal e a Floresta pela importância que tem para o Concelho, a qual refere que estão a ser preparados novos projectos e novas candidaturas querendo saber mais alguma informação sobre o que está a ser preparado. -----

O Senhor Vice-Presidente referiu que o Gabinete Florestal tem servido de algum exemplo para outros, porquanto tem chegado o feed-back de alguns organismos, de algumas instituições, nomeadamente o Governo Civil e também a Associação Nacional de Municípios, à qual foi apresentado por solicitação da mesma, do Plano Municipal da Defesa da Floresta, os projectos existentes são nesta área da defesa da floresta, da reflorestação e também o projecto que a Câmara tem a parceria com a EPAL de controlo e reflorestação da zona da área de influência da Barragem do Castelo de Bode. -----

2. Transferências Financeiras para os Municípios - FEF;

O Senhor Vice-Presidente referiu que estas transferências estão relacionadas com a Lei das Finanças Locais e uma possibilidade que a Lei dá às autarquias e, em que ajuda um pouco no princípio do equilíbrio. Sendo certo que a receita corrente tem de ser maior ou igual à despesa corrente o que aqui se passa é a possibilidade que é dada pela própria Lei, de que a receita corrente passe para 65% e a receita de capital para 35%, sendo certo que passando a receita corrente para 35% é intenção da Autarquia que se consiga cumprir o princípio do equilíbrio. -----

Interveio a Senhora deputada Carlota Mora referindo que o ideal seria a possibilidade de se cumprir o princípio do equilíbrio, de todas as regras orçamentais clássicas esta é a mais controversa, pois o equilíbrio é a igualdade das receitas e as receitas orçamentais. O que se passa apesar de concordar com o princípio que se está a levantar por esta proposta que seja mais ajustada à realidade do

Concelho, não pode deixar de chamar à atenção que o princípio que o Município está a tomar, pode estar um pouco errado, o que deveria ser tomado em conta é que se deveria controlar as despesas correntes e não aumentar a receita corrente. A Câmara irá ficar com menos valores, com menos receitas para despesas de capital e esse princípio básico é facto, que a Lei permite esta mobilidade de transferência dessa receita, o facto é que não se pode esquecer que se está a reduzir a nossa receita para efectuar despesas de capital, investir neste Concelho, Em vez de se diminuir a despesa corrente, e há tantas coisas onde se pode diminuir, não pode deixar de fazer esta referencia, que é, que haja um equilíbrio no orçamento, sem dúvida, infelizmente esta é a realidade do Concelho, mas o conceito, o princípio está errado, o princípio devia ser, diminuir a despesa corrente e não, está-se a aumentar a receita corrente e a ficar com menos hipóteses de fazer investimento. Percebe a intenção, não podendo deixar de concordar com ela mas o conceito está errado. -----

Interveio o Senhor Vice-Presidente referindo não estar de todo em desacordo com a Senhora deputada, havendo no entanto uns princípios que não teve em conta. Se se aumentar a receita corrente para os 65% conforme está no papel possibilita que o princípio do equilíbrio seja mais facilmente atingido e, ao atingir-se mais facilmente este equilíbrio, ou até passar-se para valores positivos como está no papel, esse valor pode ser aplicado em despesas correntes, o contrário não é possível, por isso não existe qualquer privação nas despesas correntes. O ideal seria combater a despesa e ao combater-la mais facilmente se atingiria o princípio do equilíbrio e mais disponibilidade se teria também para despesas de capital, mas não há um prejuízo em relação às despesas de capital, se se atingir o princípio do equilíbrio e passar-se para um equilíbrio positivo, todo esse valor pode ser aplicado em despesas de capital. -----

Posto o assunto a votação, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada de repartição do FEF para o ano de 2012. -----

De acordo n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta**, a deliberação tomada. -----

3. Implicações das Medidas do Memorando da Troika no Município de Sardoal;

O Senhor Presidente da Mesa iniciou o debate, lendo um excerto do editorial do Boletim Municipal.-----
Continuou, referindo que todos sabem que o Memorando da Troika vai dar, na sua opinião, soluções para que o país se equilibre, querendo evidenciar as medidas da Troika que irão afectar mais directamente o Concelho de Sardoal. O Concelho tem de agir não se podendo continuar a teorizar, medidas têm de ser postas em prática, ao nível do Concelho, ao nível da administração do Concelho,

ao nível da implementação de medidas financeiras de forma a que o nosso município se equilibre e que possa assim passar com distinção nestas situações revistas. Vê muitas dificuldades mas não vê qualquer impossibilidade de que seja feito, dependendo da coragem de implementar as medidas que são agora obrigatórias.-----

Interveio o Senhor Vice-Presidente referindo que tudo o que está no memorando da Troika é para ser levado muito e rigorosa a sério, cada português, cada Município, cada munícipe, cada um no seu local de trabalho, na sua associação tem de contribuir para que se possa inverter esta tendência, o caminho que o país está a levar. O trabalho de casa tem de ser bem feito por todos, acabou o tempo de se olhar para o lado e pensar que não é nada connosco e que um dia alguém virá para resolver os nossos problemas. Como referiu na nota de abertura do Boletim Municipal, que tem de se passar à prática, no município está-se a implementar um conjunto grande, significativo, impopular de medidas, mas que têm de ser assumidas, corajosamente tomadas não havendo hipótese de adiar mais, é impossível e tem de se ter a coragem de deixar de fazer algumas coisas que gostamos de fazer, sem que também se possa cair num município de gente infeliz. Claro que, o que conta realmente é a habilidade, a inteligência para se poder continuar a fazer algumas coisas que são fundamentais e que também elas possam dar ânimo a que se possa também trabalhar para esta melhoria, é tão importante levar-se a sério uma fotocópia ou uma folha de papel, com um camião ou uma resma delas, a todas elas tem de ser dadas igual importância. Outras medidas a tomar são nomeadamente, sobre as Festas do Concelho, que este ano não vão ser nada comparadas com aquilo que se tem tido nos outros anos, hesitou-se e até se pensou em nada se fazer, tendo sido decidido fazer algo com a imaginação, fazer algo com um custo substancialmente reduzido. -----

A viagem dos jovens só é feita nos moldes em que é feita, porque se tem um financiamento de seis mil e quinhentos euros garantido. O parque automóvel também está a ser revisto. São coisas que até podem ser simples, mas se não forem feitas, muitas coisas simples, muitas coisas pequenas dão coisas muito grandes. Existe uma prioridade muito grande neste momento que é reduzir o deficit, pagar as divida, ajudar aqueles a quem a Câmara deve. -----

Sobre a redução de dois por cento na administração local e um por cento na administração central, na sua opinião é uma injustiça porque, por exemplo, em municípios em que não tiveram o contrato de transferência de competências com o Ministério da Educação têm um tipo de redução que a Câmara de Sardoal não tem, porque tem um contrato de transferência de competências, relativamente aos auxiliares de acção educativa, a escola já está consciente dessa situação, tendo havido já reuniões com o director da escola e em que terá de se reduzir, em todo o lado terá de haver uma maior eficiência

nos trabalhadores, muitos até já estão conscientes de que terão de fazer aquilo que não estão habituados a fazer. Outros pontos como redução das verbas já era uma realidade, antes da Troika chegar, e como disse não se pode continuar a fazer a mesma vida se se tem menos dinheiro, muitas destas opções já tinham sido tomadas antes do memorando da Troika e pode ver-se que no ano passado baixou-se a dívida em trezentos mil euros o que foi fruto também de algum trabalho. Existem outros pontos, que a Câmara ainda não sabe bem, como por exemplo a redução dos cargos dirigentes e serviços em pelo menos 15% na Administração Central. Questionou como é que esta redução será feita, terá de sair legislação para a regulamentar, não basta dizer que se tem quatro chefes de divisão irão passar a ter só três. Se se reduzir um chefe de divisão ter-se-á um encargo, mas se se reduzir um ou outro chefe de divisão poderá nem ter alterações em termos de encargos, tudo isto terá de ser regulamentado e a regulamentação sairá antes do quarto trimestre de 2011. A reorganização administrativa local que foi falada é para ser levada muito a sério e esta não passa só pela extinção dos municípios, passa pela reorganização, os munícipes do norte do concelho de Abrantes utilizam muito mais os serviços do concelho de Sardoal do que muitas vezes do próprio Concelho de Abrantes, a escola, o centro de saúde, os correios e outros mais, como a acção social. Esta reorganização passará pela redução do número de Concelhos, lembrando-o da Grécia que tem onze milhões de habitantes e Portugal tem 10 milhões, em que o que aconteceu foi a redução significativa de municípios, que eram mil e tal tendo passado para trezentos, ora, Portugal tem esses trezentos municípios, então como vai ser feita essa redução de municípios e freguesias, por número de habitantes, pela riqueza que produz, pela área, ainda não se sabe. Em suma, o que quer dizer é que todos têm de fazer o seu trabalho de casa o melhor possível para que, um dia em que seja posto em cima da mesa e se for desfavorável para o Sardoal, se possa ter argumentos válidos para dizer, não, nós estamos a trabalhar bem, estamos no bom caminho, por isso não há razão para. -----

Interveio o Senhor deputado Anacleto Baptista referindo que o Senhor Vice-Presidente disse muito do que ele próprio queria dizer, contudo, os sinais dos tempos não foram lidos em tempos oportunos e agora não se pode estar a ler sinais dos tempos, tem de se agir no tempo e no tempo com o dobro ou o triplo da velocidade, o que quer dizer que, durante alguns anos alertadas algumas coisas para a vida do nosso país entravam a cem e saíam a duzentos e o resultado está neste momento não propriamente neste documento, o qual deixa muita preocupação e interrogação e se se for a olhar para a conjuntura internacional poucas coisas poucas hipóteses temos de fugir. Na sua opinião terá de se aguardar o espaço de tempo em que medeia entre a apresentação e a aprovação do programa do governo e a apresentação por parte do governo daquelas medidas complementares que algumas já foram

anunciadas pelo Senhor Primeiro Ministro que seriam até antecipadas em relação até ao próprio calendário da Troika. Quais é que vão calhar em sorteio, quais é que vão dizer respeito ao Sardoal directamente. É uma interrogação que neste momento está muito expectante em relação aquilo que vai sair do próprio programa do governo, do que propriamente aquilo que é o documento da Troika. Questionou como é que este documento vai ser realizado, se através do programa do governo, se através das decisões que o governo vier a tomar e através das imposições que o governo disser, não é no terceiro trimestre, não é no quarto trimestre de 2011, mas é, no que resta do 2º trimestre e naquilo que vai ser o terceiro de 2011, ou seja, a possível antecipação de algumas medidas e, só a partir daí é que poderá fazer uma leitura mais comparativa e dizer efectivamente neste momento há coisas que obviamente nem podemos pensar nelas, nomeadamente, muitas das coisas, das obras que se prevê fazer mas que com este documento, com as transferências que se fazem através dos fundos comunitários não sabe até que ponto algumas das coisas não terão de cair por terra. Referiu ainda que uma das grandes preocupações, no âmbito da componente social, os Ministros e principalmente o Ministro da Solidariedade Social tem falado muito nas instituições que obviamente têm feito das tripas coração, para manter primeiro a qualidade de serviço, segundo para se manterem em serviço e terceiro, para não entrarem no caminho que hoje infelizmente é assustador ouvir na rádio de manhã dizer que há 1850 insolvências pessoais em 22 dias, é qualquer coisa que dá para pensar que tá tudo maluco, é a única forma que encontraram de tentarem fazer aquilo que a Troika veio impor, que era as pessoas tomarem juízo, reduzir-se os custos o máximo possível e se não se pudesse ir almoçar fora uma vez por semana se fosse uma vez por mês ou por ano. Referiu estar mais expectante fundamentalmente para poder fazer a comparação, para ver o que é que vai sair do programa do governo, o que é que irá ser discutido discutido no dia seguinte, quinta feira, na Assembleia da República e vai ser aprovado, no final para ser posto em prática, algumas medidas serão ainda mais arrepiantes do aquelas que estão neste documento, outras poderão ser renegociadas, há a expectativa de algumas medidas mais drásticas poderem ser renegociadas e deferidas no tempo e no espaço, o próprio documento da Troika prevê que algumas medidas podem ser transferidas para outro trimestre, para poder ser mais acessível e também acrescentado aqui está o ano 2014, quando se dizia que era 2011/ 2012, a Troika já tinha colocado no documento o ano 2014. -----

Tomou a palavra a Senhor deputado Rui Serras dizendo ter ficado uma palavra forte do senhor Vice-Presidente no editorial, que é a palavra agir, e gostava que lhe fosse explicado como pretende agir, em função deste documento, pois o governo não irá fazer muito menos do que isto, inclusive o Primeiro-ministro já disse que as coisas serão mais complicadas do que aquilo que está escrito, querendo

chamar a atenção sobre algumas situações, porque o senhor Vice-Presidente fez menção a vários milhões para 2012 porque em 2013 tem-se mais uma série de valores, nomeadamente na educação é para reduzir 195 milhões em 2012 e mais 175 milhões em 2013, o que significa e aí seria importante pensar e agir o que é que vai acontecer ao nosso parque escolar, nomeadamente as escolas em Panascos em Valhascos, o que tudo indica é para serem agrupamentos escolares. -----

Interveio o Senhor Vice-Presidente referindo que o Senhor deputado se deve estar a referir à requalificação do parque escolar e que o problema não se coloca em relação à escola de Panascos, pois houve um aumento de 13 crianças, o que legitima de certa forma a poder-se aspirar a reconverter aquela escola a requalifica-la, esse projecto está a ser feito, mas o que se houve dizer, se não houver essas alterações, que o Primeiro Ministro diz que quer fazer é que o dinheiro do QREN não falta, o que falta é a componente nacional, os 15 ou 20% que é a nossa parte essa é que vai ser a dificuldade porque os outros 85% há lá muito, é o que ouve dizer. -----

Continuou o Senhor deputado referindo que o que vai acontecer é a redução e 20% no serviço de finanças e da segurança social em 2012 e 2013 e na sua opinião seria importante que os responsáveis da autarquia tentassem perceber antes disso acontecer, o que é que se pode fazer para evitar essa situação, porque acabará por ser a morte do nosso concelho, pois não havendo serviços no Concelho de certa forma esvazia o sentido de Concelho. A situação da própria reorganização administrativa até Julho de 2012 em principio ficara definida, portanto é hora de agir e, preocupa-se quando vê a Câmara a agir e fala em pagar dividas às empresas quando sabe que há empresas que andam a receber 20 euros por semana, dividas de 600/ 700 euros, a situação dos passeios tem de ser chamada à baila porque realmente, andar a pagar ajudas de custo a funcionários para irem até França passear foge completamente a tudo isto, se acham que isto é agir, então vamos nisso. Usando as palavras do Senhor deputado Anacleto, os sinais dos tempos não foram lidos e aqui no município também. -----

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente referindo que a realidade do país toda a gente conhece, e não pode ser mais claro do que aquilo que escreveu, tem mesmo de se agir, está-se a fazer-se um projecto de eficiência energética na iluminação pública, é um projecto que vai entrar agora, com financiamento QREN, através da agência energética Médio Tejo 21, está a reduzir-se substancialmente o número de documento papel que circula no edifício municipal, hoje pode-se prescindir quase na totalidade do papel, claro que há contratos que infelizmente não vão ser renovados, alguns até poderiam ser casos de pessoas que iriam fazer falta, mas tem de se racionalizar os recursos humanos. Em relação às instituições que o senhor deputado falou está-se a fazer alguma coisa nesse sentido e serão dadas notícias em breve porque se está a trabalhar, a negociar com alguns desses serviços,

nomeadamente os correios. Esta a fazer-se um estudo aprofundado de todos os seguros do município, para se encontrar uma melhor solução para os mesmos, as compras estão a ser reduzidas ao essencial, já deu o exemplo das festas do concelho, mas também não quer que exijam que se tenha um concelho cinzento pois disso também não partilha, existindo coisas que se continuara a fazer e que se irá empenhar a que continuem a existir, mas em moldes diferentes. Este ano os espectáculos nas festas do concelho custarão todos, o mesmo valor, de um do ano passado e não irá haver menos festa por causa disso. Amanhã irá ser pedido às Associações que tenham consciência daquilo que pedem à Câmara e que percebam que não podem pedir coisas que há vezes pedem, porque não é possível hoje estar a disponibilizar as coisas que se disponibilizaram até aqui, tem de haver outra racionalidade. Existe uma coisa que é importante que não se pode perder, que é a ética social, tudo tem de ser feito mas acompanhado sempre de um reforço da nossa atenção na acção social e aqui está –se também a trabalhar, a Autarquia tem desde 2008 uma Loja Social, que está a gora a ser instaladas num outro local, com outra visibilidade porque cada vez é maior o numero de sardoalense que procuram ajuda, de sardoalenses e não só, nesta área e é importante que se tenha esta ética social. A Câmara está em articulação com o Agrupamento de Escolas, no sentido de se verificar quais são as crianças que necessitam de alimentação. A Câmara tem conhecimento que muitas das crianças do nosso agrupamento de escolas só tem uma refeição de jeito e é aquela que comem na escola, e agora no período de férias escolares, as crianças poderão continuar a comer no Jardim de Infância que irá funcionar mais algum tempo e a cozinha da escola vai funcionar porque é lá que vai funcionar o ATL, existindo também essa preocupação. Pode-se cortar mas há situações em que não se pode cortar, antes pelo contrário. -----

Interveio a Senhora deputada Carlota Mora dizendo que muita coisa já foi dita não querendo voltar a reforçar o mesmo, mas parece-lhe que este órgão não está em consonância com o executivo e com a sua prática. Referiu o dispêndio nas despesas sem justa causa para fins de lazer, esses dinheiros podiam ser aproveitados em muitas outras coisas. Neste concelho tão pequeno parece-lhe perfeitamente despropositado que existam três vereadores a tempo inteiro, que existam gabinetes com o pessoal todo, devendo começar por aí, e se a Câmara fizer contas ao final do ano, irá arrecadar-se muita receita que pode ser investida, reorganizem o quadro de pessoal, referiu ainda não estar a falar de pessoas mas sim dos cargos. Existem dirigentes neste quadro que estão em funções que certamente por falta de trabalho concreto, não sendo culpa deles, falta de investimento que a Câmara não pode ter agora, não têm trabalho, basta ver os relatórios de contas, o que houve de receitas municipais, de obras particulares e o investimento em obras publicas, está-se a reduzir a despesa em

capital, está-se a reduzir o investimento público, portanto, será que se justificam esses cargos, seria uma forma de se ir de encontro à Troika e esta não era necessária para que isto acontecesse, era uma questão de bom senso já há muito tempo. E a reorganização de pessoal, sem se falar em despedimento, terá de acontecer e não é por acaso que as autarquias têm a percentagem de 2%, porque nas autarquias há um abuso, um exagero de pessoas, uma percentagem de pessoal, perfeitamente excedentária, este é um facto. As autarquias servem para ultrapassar outras faltas de emprego mas não é essa a forma, o que se poderá fazer para além daqueles que são excedentários, reorganizar o pessoal que se tem reclassifica-lo, haverá certamente funções que poderão ser reclassificadas, há funções que não estarão a ser desenvolvidas, competências que não estarão a ser desenvolvidas neste município e que os nossos funcionários decerto iriam dar todo o apoio, eles preferem ter o seu emprego e exercer outras funções do que deixá-lo de ter, e certamente se for conversado todos vão apoiar, mas comecem pelo município pelos órgãos. -----

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente referindo que a senhora deputada acabara de dizer o que ele próprio tinha dito mas por outras palavras. Tem de se requalificar, reorganizar, reestruturar, não há outra fora, a Câmara não consegue inventar dinheiro e com os recursos que tem, tem de se produzir de outra forma, tem de se rentabilizar. Também não se pode esquecer que as pessoas têm direitos e agora, não é por existir um memorando da Troika, que se vai contra os direitos das pessoas, claro, deveres também, não é assim tão simples, sem que haja uma regulamentação, a qual acredita que vá sair, para se fazer as coisas como se quer fazer, vá-se esperar pelas indicações que virão, o que a Senhora deputada disse é o retrato dos municípios portugueses, é o retrato dos organismos portugueses. -----

Interveio o Senhor deputado Joaquim Serras, referindo que este memorando existe para que nos emprestem dinheiro que nós depois vamos ter de devolver com juros e a grande questão que se coloca aqui sobre a redução de municípios e concelhos para o próximo círculo eleitoral e que tenham zonas rurais como a nossa na sua opinião não acredita que sejam reduzidas as freguesias, poderão ver-se alguns concelhos a perder alguns serviços, mas estando as pessoas identificadas com a freguesia, com o concelho se calhar nas zonas urbanas em que tanto faz as pessoas pertencerem à freguesia A ou à freguesia B, aqui poderão tirar alguns serviços ou juntar os serviços do Sardoal com Abrantes ou com alguns concelhos vizinhos, não acredita que se fale sequer em acabar com os concelhos e até porque temos tradição, no entanto tem de se fazer o trabalho de casa, como diz o Senhor Vice-Presidente e estar atentos aquilo que se possa vir a passar. Outra questão que vê com preocupação será o facto de a administração fiscal e da segurança social virem a reduzir os serviços, pois refere no memorando a

redução dos serviços locais em pelo menos 20% para o ano 2012 e 2013, ou seja 20 mais 20 dá quarenta, quais é que serão que vão fechar. Mas aqui se se juntasse a segurança social com as finanças no mesmo serviço, já se estava a reduzir em cinquenta por cento, poder-se-ia se calhar pensar numa situação deste tipo, juntar serviços e ver qual é essa possibilidade. Outra questão tem a ver com o aumento da tributação sobre o património As pessoas podem preparar-se para pagar mais IML, para perder as isenções que já têm o que até seria bom para o município pois são receitas municipais a grande questão é que como diz no memorando, vão rever as transferências de modo assegurar que as receitas adicionais sejam utilizadas para consolidação orçamental questionando sobre o que será consolidado, se o orçamento da Câmara se o orçamento do estado. Para 2013, será o fundamento adicional das medidas para 2012, ou seja, vai ser para continuar. -----

Interveio o Senhor deputado Manuel Serras referindo ter ouvido falar em reduzir e eliminar muitas coisas que a Troika nos impõe, mas como Presidente de Junta de uma Freguesia Rural e com as necessidades de não se baixar a qualidade de vida acha que num concelho como o Sardoal e com as freguesias que o concelho de Sardoal tem havia de ser feito um estudo, não à espera que alguém nos venha cá dizer o que se deve fazer mas sim nós fazermos aquilo que se deve fazer. Fala numa situação da Freguesia de Alcaravela, a qual tem quase metade da área da freguesia de Sardoal, se tiver de reduzir a nível pessoal a freguesia automaticamente, irá ter um problema que passa pela parte da protecção civil porque a Câmara em si não consegue chegar a todo o lado e se não fosse talvez a junta de freguesia, neste momento o aspecto que existe em Alcaravela não sabe e o que existe lá ao menos é criticável a forma como a junta o executa , mas há uma coisa que tem de se ter em atenção , se reduz o pessoal no município à partida leva por tabela a freguesia e depois quem vai manter aquilo que é necessário manter junto da população idosa, vai ser a Troika, como é que depois se vai fazer frente a certos problemas que se sente hoje nas freguesias e muitas vezes são habitáveis ao fim de semana por pessoas que estão recenseadas noutros concelhos e que aí deixam os seus impostos e aqui transportam despesa. Todos estes temas tem de ser tomados em atenção, tem de ser vista a forma de querer manter despesas quando há necessidade de e quando não se podem manter. Na sua opinião, uma das coisas que necessárias em relação a todo este programa da Troika é de facto, tentar reduzir, mas vamos ver como se vai reduzir, em que ponto se vai reduzir em que locais vamos tirar, porque senão vamos andar outra vez de burro e de bicicleta, porque as estradas estão cheias de barro, cheias de sub-rodas, cheias de buracos, se se quer perder a qualidade de vida acha que se deve reduzir se não se quer perder a qualidade de vida deverá fazer-se um estudo exaustivo onde se pode reduzir para que não se crie aquilo que é necessário manter com o pessoal que tem de trabalhar. Esta

é a sua opinião como Presidente de Junta porque está preocupado com Alcaravela nos termos em que lhe foram reduzidos o FEF, nos termos em que muitas vezes tem de se fazer um esforço acrescido para manter o pessoal que se tem ao serviço, para que a freguesia esteja no mínimo acessível para quem lá vá ou para quem lá mora. -----

Interveio o Senhor Vice-Presidente para subscrever as palavras do Senhor Presidente da Junta de Alcaravela, daí ter falado na ética social, é importante que se façam estas reduções mas com ética social, porque há valores, há bens, dos quais não podemos de modo nenhum prescindir nem deixar que nos tirem, a custo algum, isso é fundamental. Uma coisa é certa se não tivermos cuidado, vamos recuar na história décadas e não são tão poucas como tudo isso. -----

Interveio o Senhor deputado Júlio Lobato para referir que estão ali muito preocupados em poupar dinheiro e isto e aquilo e a Troika vai obrigar a tudo isso, mas se calhar temos que nos precaver sobre o que vem a seguir, que são as pessoas que não têm meios para viver, já não têm saúde para trabalhar, uns vão para o desemprego porque juntam-se os serviços, outros reorganizam-se. Ao ter-se esta preocupação tem de se começar já a pensar o que se vai ter a seguir porque há muitas pessoas que ainda pensam que vem o QREN, mas depois as Câmaras não tem dinheiro para a parte que lhes diz respeito, não há obras, a construção civil está a reduzir, todos os dias fecham empresas e essas pessoas tem de ter outras ocupações, tem de fazer algo, não podem viver porque a segurança social não tem dinheiro, passa a ter mais desempregados, por isso não vai ter dinheiro, as empresas não descontam não pagam, temos assim de começar a pensar como conseguimos criar mais solidariedade social, voluntariados porque há pessoas que necessitam de apoios e que não os têm e também não têm hipóteses de os pagar. Se não houver pessoas predispostas a isso, crê que tem de ser criada essa mentalidade, os tempos mudaram. Na sua opinião as pessoas devem preocupar-se com os problemas da Troika, mas têm de começar talvez a pensar no que é que vem a seguir com essas consequências e não pensar que vai haver milhões, mas que depois terá de se pagar os juros dos mesmos e temos de ter algum para fazer essas obras e não nos preocuparmos só com material. -----

Interveio a Senhora deputada Carlota Mora fazendo uma proposta para redução de custos do órgão da Assembleia Municipal, por ter sido combinado, que seria o melhor dia para as reuniões as quartas feiras se as reuniões passassem a ser às segundas ou às sextas feiras prescindiria da sua ajuda de custos de transporte e seria um benefício, uma receita que a autarquia recolhia. É já uma forma de se começar a contribuir para a poupança. -----

O Senhor Presidente da Mesa referiu ser uma ideia, mas que não tinha conseguido obter um consenso para o melhor dia da semana, tendo a certeza que existem deputados com problemas para todos os

dias da semana, este é um assunto a que se pode voltar a qualquer momento, sendo a sua disponibilidade total, esta situação até pode ser resolvida de maneira informal, com um mandatário de cada bancada. As sessões ficaram marcadas para terça feiras porque assim como a quarta-feira foram os dias em que mostraram mais aceitação. -----

Tomou a palavra a Senhora deputada Carlota Mora referindo que o órgão tem de reunir cinco vezes por ano e que é estipulado no início do mandado o dia em que elas acontecem e a hora. -----

Referiu o Senhor Presidente de mesa que a única coisa que tinha ficado estipulado tinha sido a hora, as 8 da noite, tanto no horário de Verão como de Inverno. -----

O Senhor Presidente da Assembleia referiu que de facto se fala muito na redução e claramente tem de se começar a falar noutra questão que, ao nível do município, criar forma de riqueza, explorar poços que ainda não estão explorados e no Sardoal quanto a isso há muito a fazer. Em determinados sectores, áreas que não estão devidamente exploradas e o Sardoal tem de apostar nesses pontos para que não tenhamos só que nos preocupar com a tal acção social que o município tem de ter mas que de alguma forma possamos criar emprego e criar actividade económica, isso tem de ser feito, porque não há município, não há país que aguentar suportar toda esta redução que tem encargos. A Troika diz que os subsídios de desemprego vão ter um prazo menor, que também o prazo para chegar ao subsidio de desemprego vai baixar dos 15 para os 12 meses, mas de qualquer das formas esta situação não é suportável em Portugal há muito tempo. O país o município tem de criara condições para criar riqueza e isso faz-se com criatividade, com empreendedorismo, não podemos ficar passivos, e quando diz, nós é as pessoas os munícipes as entidades privadas não podem ficar à espera que seja o município, o qual pode no máximo liderar, mas mesmo que não lidere e pode-se dar o caso, tem de haver entidades privadas, tem de haver privado que se coloquem ao lado do município e tenham acções que permitam criara emprego, criar outro tipo de soluções para que haja mais actividade económica e para que não nos deixemos a pouco e pouco ir morrendo, porque isto vai chegar a um ponto, está mais que visto, as pessoas deixarem e receber subsídios de desemprego, quando não for possível, quando não houver dinheiro a nível dos municípios para sustentar mais acção social, poderemos ficar todos de pés e mãos atados, e sem mais condições para avançar. O agir, é agir a nível da criatividade, do empreendedorismo e não é esperar que o município faça tudo, é também nós, nas nossas relações pessoais imaginarmos, criarmos situações ao nível do associativismo para que tudo isto possa mexer. Na sua opinião um dos grandes problemas de Portugal e do Concelho de Sardoal foi que, muitas pessoas viveram nos últimos anos subsídio-dependentes e isso enraizou-se de tal maneira que hoje em dia há pessoas que já não sabem bem o que é ter uma actividade diária, contínua de muitos anos,

porque se habituaram a esta situação de trabalhar seis meses e depois recorrer aos subsídios, e esta situação é tão grave porque cria nas pessoas um sentimento de que qualquer coisa aparecerá e, nesta fase quem não se mexer, quem não fizer por isso pode não aparecer nada e em último caso pode criar situações completamente irrecuperáveis, daí achar que esta é também uma questão e mentalidade, de mudança de mentalidade, é um choque que a nível psicológico vai ter que ser feito que é, vamos ter que sentar todos na mesma fogueira aproveitar todos o mesmo calor e andar para a frente. O município de Sardoal, por ser um município pequeno, tem a vantagem de se poder organizar melhor com mais facilidade porque todos se conhecem, se se entenderem e se tiverem essa criatividade e esse empreendedorismo, até porque os tais poços por potenciar existem, já várias vezes se falou de situações a nível do turismo, a nível da própria agricultura, alguma actividade que tem vindo a ser esquecida e que tem de ser implementada, hoje em dia mais cedo ou mais tarde, vai haver um voltar ao que é rural, porque se percebe que é impossível, hoje em dia nenhum país sobrevive sem produzir e Portugal quase que se habituou a isso, a importar tudo, esta é outra mentalidade que tem de se mudar e a esse nível existem bons exemplos de determinadas áreas do país como Torres Vedras em que de facto se criaram mono culturas que hoje em dia exportam para todo o lado e o Sardoal pode ter essas condições a esse nível. Existem no Sardoal uma série de pólos que têm de ser explorados e não e pode estar à espera que chegue alguém para nos dizer como fazer. As pessoas têm de escolher a sua direcção e potenciar o que se tem de melhor. -----

Interveio o Senhor Vice-Presidente referindo que os técnicos estão no terreno e neste momento a câmara está a trabalhar com entidades, que felizmente hoje, temos na nossa região, outras não, e conta o mais brevemente possível apresentar um plano estratégico de afirmação do nosso município, isto é fundamental. Hoje vivemos em parceria com um conjunto de municípios e o Concelho de Sardoal tem de perceber tem de entender, tem de saber o que é que pode contribuir para uma riqueza que é toda esta região, é claro que não passa por oferecermos o mesmo que os municípios ao lado oferecem, nós temos todas estas riquezas, potencialidades que vamos explorar, que estamos a tentar potenciar e que vamos apresentar o mais breve possível o referido plano estratégico. Não se pode viver do dia a dia tem de se ter um rumo, saber para onde se quer ir, qual o caminho e isto é também perceber os recursos que se tem e a melhor forma de rentabilizar, não se pode andar a fazer o serviço de expediente, do dia a dia, pagando-se as contas hoje e amanhã não, tem de se ter um rumo, tem de se perceber o que se quer e o que se vale, o que somos e por onde queremos ir. Sardoal tem muita riqueza, um potencial muito grande, o qual tem de ser valorizado e o Sardoal tem de se afirmar como município, assim como outros já o estão a fazer e outros o farão mais tarde. -----

Referiu ainda que o sistema social português é solidário, como tal quem pode paga para ajudar aqueles que não podem. Há um conjunto de serviços que o município hoje tem que disponibiliza aos seus munícipes que não lhe parece, ser justo, oferecer de igual modo para quem tem uma reforma de 200€ e para quem tem uma reforma de 2000 ou 3000 euros, isto não é ter um sistema social, o que se terá de fazer é, quem pode, paga, quem não pode é isento. Sobre a componente de apoio á família na escola, há pessoas que necessitam e não podem pagar, vão continuar a ter e há aqueles que podem pagar, terão de contribuir. Este é só um exemplo mas há uma quantidade enorme de serviços que são prestados gratuitamente de igual modo aos nossos cidadãos quer tenham dinheiro quer não, isto não é um sistema solidário e é um aspecto que se está a alterar. -----

Período de Intervenção do Público

Tomou a palavra o senhor João Carpinteiro fazendo referencia à Barragem da Lapa e toda a sua zona envolvente referindo ter ouvido dizer que a mesma irá para obras preocupando-o se o caudal da ribeira sem albufeira tem água suficiente para garantir o abastecimento de água às populações, concretamente nos Valhascos. Questionou ainda o Senhor Vice-Presidente para quando a Câmara irá fazer a rectificação das facturas da água, em relação aos escalões. Disse ainda que os Editais da Assembleia não são afixados nos sítios habituais concretamente na associação de Valhascos, não sabendo se já faz parte do plano de redução dos custos. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa, referindo-se à questão colocada à mesa, lamentando a situação e dizendo que as instruções que há é para os editais serem expostos no maior número de locais. -----

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente referindo que não vai haver, pelo menos é o que os técnicos dizem, qualquer problema de abastecimento de água aquando do arranjo da Barragem. Sobre a factura da água o documento está pronto e irá á próxima reunião de câmara. -----

Tomou a palavra o munícipe, Fernando Morais, referindo ter gostado muito do debate sobre o Memorando da Troika, tendo notado que com excepção do Senhor Presidente parece que todas as atenções incidiram sobre a forma de como se apertar o cinto em vez de se pensar um pouco mais além, durante muitos anos foi filosofai deste concelho funcionar como gestor de verbas que vinham da administração central, agora chegou-se a um ponto em que se tem de encontrar alternativas, o Senhor Presidente disse e muito bem que a sociedade civil, os particulares também têm de participar mas aí o município tem de funcionar como locomotiva, ou seja, a Câmara ao longo dos anos, as receitas próprias são quase que inexistentes, em contra partida existem os tais pontos que era possível potenciar nomeadamente, não é possível que este bar do centro cultural esteja fechado, não vale a

pena dizerem que o problema é de infra-estruturas, porque se assim é está disponível para colaborar, outra é a piscina municipal, em que se está quase no final do mês de Junho e ainda não está aberta, sendo que no ano passado abriu no dia 20 de Julho e fechou a 12 de Setembro e, sabendo que no ano passado houve problemas, atempadamente e durante o inverno, porque é que não arranjam alternativas. Compreende que a Câmara neste momento está a passar por uma enorme agonia, porque da mesma maneira que nós exigimos verdade basta consultar a prestação de contas aprovada à pouco tempo e verifica-se a enorme agonia financeira, ou seja quando esta existe quase que se perde a lucidez. Na sua opinião seria importante abrir este debate à sociedade civil, porquê só concentrar aqui, porque o que acontece, se cada um der a sua ideia, porque é fácil dizer vamos fazer os trabalhos de casa, para serem feitos tem de se saber o que se vai estudar, quando se tem um tema, porque dentro de 3 ou 4 meses os 8 maiores municípios do país vão ter de fazer uma prestação de contas mensal para apresentar à Troika e a seguir isso vem por ai a baixo e quando chegar a vez do concelho vai ser terrível. Esta aprovação que aplaude, dos 65% das receitas correntes e dos 35% das receitas de capital já vão permitir pelo menos haver o equilíbrio, mas isso não basta e o que acontece é o seguinte, as receitas correntes são enormes, há que rapidamente tentar encontrar uma forma de arranjar receitas próprias e se isso não acontecer as coisas vão-se agudizar fortemente, porque agora estrangula e depois Todo o espírito social que o município tem e felizmente que o tem para ajudar outros mais carenciados, o que acontece é o seguinte, só pode ajudar se tiver alguma coisa, porque o que vai acontecer é, as transferências da Administração central vão ser reduzidas e no dia em que essa redução for, pro mais pequena que seja, nem os tais vinte euros por mês é possível pagar. Na sua opinião tem de haver obrigatoriamente, todos, Câmara Municipal, Assembleia Municipal juntarem-se e comecem a pensar a forma de encontrarem alternativas fora das receitas, dos fluxos normais das receitas que vêm da administração central porque isto vai chegar a um ponto que vai ser mesmo muito difícil. Também estudou ao longo deste tempo para tentar perceber o que é que o memorando poderia implicar não acreditando na eliminação do concelho, podendo haver duas freguesias em risco, o que acontece é, o que é que poderá acontecer se por exemplo falhar a freguesia de Santiago de Montalegre e a freguesia de Valhascos serem englobadas na freguesia de Sardoal e na de Alcaravela, que formas, que respostas. Sem tabus, este assunto do memorando da Troika não pode ficar só na Assembleia Municipal, isto tem de continuar, juntem a sociedade civil, juntem os privados, de certeza que deve de haver quem queira colaborar mas a Câmara tem de ser obrigatoriamente a locomotiva de todo o processo, porque enquanto particular trabalha-se por sua conta e paga-se os seus impostos tem actividade no concelho mas o que está em causa são todas as pessoas que giram e vivem em torno do

município e se um dias estas pessoas começarem a ver fugir o chão debaixo dos pés vai ser terrível, para eles e para nós, porque tem aqui os seus investimentos, foi aqui que construiu a sua casa é aqui que vive, portanto por isso é que diz que este assunto do memorando da Troika é sério demais para se circunscrever a uma acção na assembleia municipal. -----

Tomou a palavra o senhor Vice-Presidente referindo que o que o munícipe disse foi o que referiu anteriormente que é um plano estratégico que a câmara tem de fazer e por em prática. Por exemplo, fala-se muito na Semana Santa, é o cartão de visita do Sardoal, é uma altura de muitas visitas, o que é que se tem de fazer, é potenciar precisamente a Semana Santa no resto do ano em que a mesma não existe, do que serve ter uma semana santa se são só cinco dias ou seis, porque há muita coisa à volta da semana santa que se pode aproveitar e captar o investimento e turismo durante o resto do ano, nomeadamente os museus sobre fé e religiosidade e isto é só um exemplo do que se quer colocar no plano estratégico. Sardoal não tem muita industria é verdade, mas se calhar tem uma qualidade de vida, no dia a dia, que se calhar pouca gente tem nos concelhos vizinhos, Este equipamento é procurado por organizações, associações de outros concelhos que não o nosso. Pela primeira vez a Câmara quis concessionar o bar da piscina, não tendo aparecido pessoas interessadas teve de ser a câmara a assumir. Sobre a piscina municipal, a câmara tem um princípio de não abrir a piscina enquanto as aulas estão a decorrer, pois há sempre uma tendência de os miúdos faltarem às aulas para irem para a piscina, Este ano também se fez outra coisa, a piscina coberta ainda esta a funcionar até ao final do mês de Junho, a câmara não tem capacidade de ter as duas piscinas abertas ao mesmo tempo por isso a descoberta abriu no dia 01 quando encerra a anterior. -----

Não havendo mais nada a tratar, foi pelo Senhor Presidente da Mesa, encerrada a sessão, eram vinte e duas horas da qual se lavrou a presente acta e que foi redigida por mim, na qualidade de Primeiro Secretário da Assembleia Municipal e que também assino. -----

O Presidente da Assembleia Municipal _____

O Primeiro Secretário _____

O Segundo Secretário _____